

# Injecções financeiras para desenvolvimento

15/12/86

• 145 milhões de dólares para os próximos quatro anos

O nosso País irá beneficiar, nos próximos quatro anos, de um fundo de 145 milhões de dólares doados pela CEE, Canadá, França e Portugal, a serem investidos num Projecto Indicativo de Desenvolvimento Idealizado pelo nosso País e apresentado à última reunião ministerial dos países membros da Convenção de Lomé III, realizada em Bruxelas, na Bélgica. O maior pacote será destinado aos sectores agrário, de indústria ligeira e pescas. Estas revelações foram feitas pelo Ministro do Comércio do nosso País, Aranda da Silva, quando falava a jornalistas nacionais.

O titular da pasta do Comércio disse que o acordo foi alcançado quando da recente reunião ministerial dos países membros da Convenção de Lo-

fundo, facto que Aranda da Silva considerou ser benéfico para o nosso País.

Afirmou que o programa será exe-



Aranda da Silva falando aos órgãos de Informação

mé III, realizada em Bruxelas, na Bélgica, no qual todos os países se fizeram representar a nível ministerial, com a excepção de Angola e do Malawi. O primeiro fez deslocar uma delegação ao nível de Secretário de Estado.

Aranda da Silva disse que foram apontadas as atitudes a adoptar em relação à África do Sul, no que respeita às sanções económicas contra o regime de «apartheid». Disse que foi importante a receptividade da CEE quanto ao programa apresentado pelo nosso País, que concorre directamente para a nossa reabilitação económica.

O Ministro do Comércio afirmou que o acordo alcançado, através do qual Moçambique beneficia de um fundo de 145 milhões de dólares, determina ainda a filosofia de desenvolvimento na aplicação do referido

cutado em função da reunião havida em Fevereiro deste ano em Maputo, na qual participou um grupo interministerial de trabalho para a definição do pacote a destinar em cada área do programa.

Assim, do programa apresentado por Moçambique é contabilizado à sua reabilitação económica. Os doadores acordaram para os próximos quatro anos, com o impulsionamento das relações com o nosso País, através de uma abertura mais funcional, sobretudo na área económica.

Na área agrária, o subprojecto estará concentrado em Cabo Delgado, Maputo e Inhambane. Outra verba será destinada à Informação, nomeadamente à reabilitação da Rádio Moçambique, facto que em parte irá aumentar o alcance informativo da Rádio, levando-a a locais das zonas rurais.

A Indústria Ligeira beneficiará também de um pacote financeiro, que será empregue fundamentalmente na facturação de bens de consumo e produtos de primeira necessidade, por forma a atenuar a falta de bens de consumo no País.

O sector das pescas beneficiará de uma reabilitação e será introduzida uma importante verba para desenvolver a pesca artesanal como forma de fomentar ainda mais a pesca nos locais que ainda carecem de materiais para o desenvolvimento daquela actividade.

Por outro lado, serão financiados dois projectos nos Corredores de Nacala e da Beira, locais de crucial importância para o movimento económico, tanto de Moçambique como dos países vizinhos, sendo um baluarte importante para a caracterização da política anti-«apartheid».

Por outro lado, será dada uma importância especial ao aceleramento da segunda fase da construção da Linha Centro-Norte. A optimização de Moçambique em todos estes projectos, conforme referiu o Ministro do Comércio, consiste em isolar o regime da África do Sul, através da promoção do manuseamento de produtos pelos portos moçambicanos.

Deste modo, será dada ainda atenção à reabilitação dos cais do porto da Beira. A ideia é dotar aquele porto de uma maior mobilidade, por forma a garantir o plano de funcionamento do mesmo, em função das mercadorias que por ali passam.

Outra injeção financeira será destinada aos sectores da Saúde e da Educação, bem como à formação de quadros para a administração local, tal como seja para a correlação dos administradores distritais e outros com os projectos realizados na sua área de jurisdição.

## RELACIONAMENTO COM A CEE

O Ministro do Comércio, Aranda da Silva, considerou que as relações de Moçambique com a CEE podem resul-

tar frutíferas na medida da necessidade de desenvolvimento do nosso País.

Aranda da Silva afirmou que o ano de 1987 será bastante importante para Moçambique pois existe da parte da CEE interesse em colaborar com o nosso Governo nos projectos de reabilitação económica em Moçambique, assim como na promoção de outros projectos de desenvolvimento.

Está prevista para o primeiro semestre do próximo ano, a vinda do Vice-Presidente da CEE, facto que foi considerado pelo Ministro do Comércio como uma boa abertura no relacionamento da CEE com Moçambique.

Aranda da Silva afirmou que o valor financeiro das relações que o nosso País trava com a CEE é superior a toda a produção de cereais a nível nacional, o que quer dizer que é superior a 20 milhões de dólares.

Existe ainda uma cooperação com a CEE, na área de emergência alimentar na província de Inhambane e outro projecto conexado com a CEE para o desenvolvimento rural, para além da ajuda alimentar dispensada ao nosso País.

Por outro lado, o Ministro do Comércio do nosso País considerou a participação de Moçambique na reunião ministerial do grupo de países que fazem parte da Convenção de Lomé como uma oportunidade para a correcta introdução de uma imagem menos deturpada sobre Moçambique.

Afirmou que a reunião de Bruxelas permitiu auscultar o grau de receptividade de Moçambique no seio dos países que constituem a ACP, facto que considerou bastante positivo, pois existe o respeito pelas convicções ideológicas de cada um dos países. Ele salientou que um único ponto une os países da Convenção de Lomé: O grupo é constituído por países subdesenvolvidos, daí que exista uma certa identidade de objectivos.

Afirmou que a recente reunião a nível ministerial, em Bruxelas, definiu o relacionamento futuro dos países que fazem parte da Convenção de Lomé III com a CEE. Nela foi definida a posição dos países da ACP em relação à CEE.